



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 8035/10 - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0248/12	DATA: 03/04/201 2
INÍCIO: 14h44min	TÉRMINO: 15h05min	DURAÇÃO: 00h21min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h21min	PÁGINAS: 8	QUARTOS: 5

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação de requerimento.

OBSERVAÇÕES

AUTORIZO A INSERÇÃO DESTA NOTA TAQUIGRÁFICA NA INTERNET	
_____	_____
Secretário	Ponto

Inserido na Internet às ____ h _____	
do dia ____/____/____	
_____	_____
Secretário	Ponto

NÃO AUTORIZO A INSERÇÃO DESTA NOTA TAQUIGRÁFICA NA INTERNET	
_____	_____
Secretário	Ponto



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - O *quorum* está diminuindo, e, entre os que entram e os que saem, precisamos definir um destino, até porque há uma sugestão, fruto das nossas inquietações apresentadas na Mesa, que quero anunciar aos companheiros e companheiras.

Há um requerimento a ser apreciado hoje para convocação do Ministro Mantega. Além disso, o Deputado Vanhoni prestará informações sobre a definição final do seu relatório. S.Exa. disse que faltam ainda alguns ajustes. Resta-nos, portanto, o tema referente ao Ministro da Educação, com quem estivemos em audiência conjunta. Em atendimento a essa discussão, fez o compromisso de vir a esta Comissão com um conjunto de profissionais, tanto da educação quanto do Ministério, para debate do tema financiamento, mesmo que desejemos e façamos a proposição inicial para comparecimento do Ministro Mantega.

Por intermédio da assessoria especial do Ministro Mantega, foi feito o agendamento da audiência na Comissão. Diz-se o seguinte:

“Confirmo que se encontra agendada audiência do Ministro Guido Mantega, na terça-feira, dia 10, às 16 horas, no gabinete ministerial, localizado no Edifício Sede do Ministério da Fazenda, Bloco P, na Esplanada, com membros da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 8.035, de 2010, do Poder Executivo, que aprova o PNE para o decênio 2011-2020 e dá outras providências.”

Em havendo essa manifestação do Ministro para receber a Comissão, acho de bom alvitre nos encontramos com S.Exa. e deixarmos em suspenso a apreciação desse requerimento. Na próxima reunião da Comissão avaliaremos os desdobramentos.

O SR. DEPUTADO GILMAR MACHADO - Perfeito, Sr. Presidente.

Eu quero apenas agradecer a V.Exa. e aos demais membros da Comissão, em nome da Liderança do Governo no Congresso, a atenção a essa solicitação do Ministro, porque precisamos chegar a um acordo. Eu acho que é isso o que tentaremos fazer lá. Posteriormente, se realmente não se chegar a um consenso, a um acordo, veremos outra forma de agir.



Desde já, agradeço aos demais membros da Comissão o entendimento que tentamos em diálogo anterior. Ao mesmo tempo, agradeço a V.Exa. a compreensão e mais essa ajuda para que seja aprovado o PNE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Com a palavra o Deputado Rogério Marinho.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Sr. Presidente, de início, quero saudar V.Exa. pela forma como chegou a esta Comissão, de maneira resoluta, determinada, já começando os trabalhos de imediato, sabendo aonde quer chegar.

Quero também saudar os companheiros da Comissão, em especial o companheiro do Distrito Federal e também o futuro Prefeito de Uberlândia.

É realmente importante a disposição do Ministro de nos receber finalmente, antes tarde do que nunca, para falarmos a respeito da responsabilidade do financiamento, a quem caberá a responsabilidade pelo aumento desse percentual do PIB. Mas quero fazer uma sugestão aos nobres pares, já acatando inclusive a tese lançada por V.Exa., juntamente com os companheiros que fizeram a proposta inicial.

Não há sentido em que uma reunião dessa relevância, com a nossa Comissão, seja *petit comité*, intramuros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Então, se vamos ao gabinete do Ministro, devemos ir formalmente, como Comissão, havendo ata dessa reunião, até para que o que for discutido e acordado tenha fé pública. O que for considerado constaria de um documento, de uma ata da nossa reunião, que seria passada para os demais membros e nos daria a todos, evidentemente, a segurança de que finalmente a área econômica do Governo se propõe a conversar conosco sobre educação, que eu considero a peça fundamental, a base, a espinha dorsal do País.

Fico feliz com que o PT finalmente se tenha sensibilizado, por meio do Deputado Gilmar Machado, no sentido de conservar conosco.

Portanto, o que for discutido na reunião constará de ata. Essa é a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Registro que este convite não faz especificações de número. Assim, compreendo que toda a Comissão está convidada.



O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Que seja um grande comitê, mas com a formalização de uma ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Aproveitamos a presença do Deputado Gilmar para lhe pedir que informe ao Ministro que prepare o ambiente para a Comissão toda estar presente.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MARINHO - Inclusive com pão de queijo de Uberlândia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Mesmo que eventualmente alguém possa não estar presente.

Com a palavra o Deputado Izalci.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Primeiro, quero saudar o Presidente e todos os membros da Comissão e dizer da minha alegria de receber essa notícia. É evidente que ninguém está querendo convocar o Ministro simplesmente por convocar ou para fazer questão política. Nós queremos é resolver, de fato, a questão de quem vai pagar a conta do Plano Nacional de Educação, de quem vai pagar e de quanto vai pagar.

É até prudente que façamos primeiro essa reunião com ele, com a equipe, para ver quais as possibilidades de ampliarmos isso e definirmos quem vai pagar a conta. Não havendo entendimento ou existindo dificuldade quanto a uma proposta, fazemos a convocação aqui. O requerimento deve ficar em suspenso, sem votação. Se houver necessidade, nós o votamos.

Agora, independente de qualquer coisa, eu gostaria de fazer um pedido ao Governo. Esta Comissão precisa realmente ser prestigiada pelo Governo. Eu acho que a presença aqui do Ministro é uma demonstração da importância da educação para o País. Então, independente dessa reunião, independente da convocação, entendo que a presença do Ministro aqui provoca uma mudança com relação à prioridade, porque o que vimos até hoje é só discurso em termos de educação. A presença dele, portanto, seria fundamental.

Eu fico muito satisfeito de estarmos discutindo tecnicamente, primeiro, essa questão para, depois, decidirmos a convocação.

Parabéns, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Para ciência da Deputada Dorinha e do Deputado Barbosa, informo que o Ministro nos enviou ofício em que agenda uma reunião. Toda a Comissão estará com ele na próxima terça-feira, às 16 horas. Por conta disso, suspendemos o debate e a votação do requerimento de convocação.

Com a palavra o Deputado Paulo Rubem Santiago.

O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Lelo Coimbra, prezados Deputados.

Eu gostaria, acima de tudo, de externar a minha satisfação desde o primeiro momento, quando tivemos a ideia de solicitar a presença do Ministro Guido Mantega, junto com os Deputados Dr. Ubiali e Izalci. Nós tínhamos como intenção sair do campo específico da educação e discutir as condições reais para que o Plano Nacional de Educação 2011-2020 possa atingir os seus objetivos, evitando-se, assim, que passemos pelos mesmos dilemas que passamos com referência ao Plano Nacional de Educação aprovado em 2001.

Todos os relatórios, todas as avaliações que foram feitas por membros da comunidade acadêmica, especialmente as avaliações que tiveram à frente a Universidade Federal de Goiás, demonstraram-nos que o maior problema para concretização das metas do PNE 1 se deu exatamente no campo do financiamento. Ou seja, houve subfinanciamento. Quanto ao financiamento do PNE 1, mesmo tendo sido vetada pelo então Presidente Fernando Henrique a meta anteriormente estabelecida pelo Congresso de 7% do PIB, mesmo assim, o subfinanciamento prejudicou a concretização daquelas metas. E nós todos sabemos das consequências hoje no Brasil com o baixo financiamento da educação.

Em segundo lugar, o objetivo fundamental dessa iniciativa é termos como ponto de partida uma correção, que deve ser sempre lembrada aos nossos interlocutores, especialmente aos que integram o Poder Executivo, quanto à composição desse financiamento. Nós já dissemos isso aqui, e outros Deputados também já se referiram a essa questão. Quando se discute publicamente sobre a meta dos 10% do PIB para a educação, passa-se à opinião pública a impressão de que, em primeiro lugar, vamos partir da estaca zero, como se não tivéssemos percentual já consolidado de investimento em relação ao PIB para a educação e



como se a União Federal fosse arcar com o maior percentual desse investimento. Então, em sã consciência, não há necessidade de se transformar a questão do financiamento num grande conflito com a União Federal, no que diz respeito ao Orçamento Fiscal, ao Tesouro Nacional.

Relembro, Sr. Presidente, que todos os estudos que têm sido concluídos apontam que atingimos a meta de 5,1% de investimentos diretos, com a participação das três esferas da República, e que, nessa composição, a União Federal teria participado com, no máximo, 0,97% do PIB. Os demais percentuais estariam sob a responsabilidade das receitas dos Estados e das receitas dos Municípios.

Ora, se a nossa meta é atingir 10% até 2020, ou no espaço decenal desde a vigência da nova lei, passaríamos de algo em torno de 5% para 10%, teríamos um acréscimo de 5% em 10 anos, o que dá meio por cento ao ano. Se fosse aplicada a mesma proporção do que a União hoje aplica, que são 20% dos atuais 5%, seriam 20% de 0,5% ao ano como responsabilidade da União. Ora, 20% de 0,5% significam 0,1% do PIB ao ano, aproximadamente. Se o PIB está estimado em 4 trilhões — em números redondos —, o que significa 0,1% ao ano de contrapartida da União para atingirmos novos 5% do PIB para a educação? Algo perfeitamente plausível, dada a variação da receita como temos registrado aqui.

Eu conversava há pouco com o Deputado João Dado, da minha bancada, do PDT, que é da Comissão de Finanças e Tributação. O Governo está inclusive administrando as fontes de arrecadação. Agora postergou para abril a arrecadação do SIMPLES, em função do enfrentamento da crise. Mesmo assim, teve um saldo extraordinário, além do crescimento nominal de 12% da arrecadação. Então, não há qualquer razão para que a União Federal seja hoje o principal obstáculo para consolidarmos a meta de 10% do PIB.

Nós queremos ressaltar isso. Daí a importância da discussão com o Ministro da Fazenda, porque é dessa forma que vamos remover os obstáculos que nos impediram, durante 10 anos, de 2001 a 2010, de financiar adequadamente o PNE 1.

Eu reitero a preocupação do Deputado Rogério no sentido de que não podemos transformar essa audiência com o Ministro Mantega numa reunião de meia dúzia de privilegiados. Se o Ministro tem disposição de discutir conosco, ele vai discutir com a Comissão inteira. E que essa reunião seja aberta, com cobertura da



imprensa, para que depois não se levantem vozes no sentido de que os Deputados foram lá e levaram um puxão de orelha, um carão, não disseram na sala do Ministro da Fazenda o que dizem na Comissão Especial do PNE. Devemos preservar o caráter público dessa reunião.

Do mesmo jeito que trouxemos o então Ministro Palocci, não vejo motivo para que haja tanta preocupação do Governo com a vinda do Ministro Mantega ao Congresso. Nós somos iguais, ou melhor, somos membros de Poder, e nós somos representantes da população. Nós nos submetemos ao voto popular, nós nos submetemos à avaliação da população, e os Ministros, como integrantes do Poder Executivo, têm essa responsabilidade. Eu tenho plena convicção de que é legítima a nossa proposição, é necessária. Certamente não será a única, porque duvido muito que, numa só reunião, consigamos esgotar o debate do financiamento.

Quero reiterar essa proposição. Essa reunião precisa ser pública. Nós precisamos convocar toda a imprensa, as entidades nacionais, as entidades que nos têm assessorado, para que seja uma discussão relevante, de interesse da Nação, não um acordo, um acerto para que o Ministro não venha, receba os Deputados, um pequeno comitê. Se for para ir um pequeno Comitê, eu vou ser o primeiro a ficar do lado de fora. A Comissão tem de ser prestigiada na sua inteireza, na sua integralidade. Não adianta irem poucos Deputados privilegiados. Depois essa discussão pode ser mal interpretada. Não nos cabe aqui produzir nada que enseje, no futuro, más interpretações, distorções, nenhuma opinião que cause contrariedades ou crie uma crise de legitimidade no exercício do mandato de cada um de nós Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - Caro amigo e Deputado Paulo Rubem, as suas palavras já foram devidamente contempladas na proposta inicial e no complemento, no sentido de que toda a Comissão está convidada, o Ministro vai se preparar para recebê-la em conjunto. Haverá acesso, da mesma forma que a Comissão tem. É como se transferíssemos uma reunião da Comissão para o espaço ministerial. Então, a proposta fica acolhida dessa forma. A assessoria ministerial está aqui acompanhando a discussão desse tema, na forma e no conteúdo.



O SR. DEPUTADO PAULO RUBEM SANTIAGO - Se me permite, quero dizer que eu havia sugerido a V.Exa. na semana anterior que nós que estamos mais empenhados na defesa dessa meta pudéssemos nos articular previamente, balizando os dados, estabelecendo uma construção conjunta de números. O que mais importa nessa reunião é a defesa da tese e não o prazo de 2, 3 ou 5 minutos em que cada Parlamentar possa falar individualmente.

Eu tomo a liberdade de externar aos demais Deputados que conversei com V.Exa. por telefone, achando que isso era oportuno, e V.Exa., de pronto, apoiou, concordou com que nos articulássemos antes, para que fizéssemos uma defesa em bloco dessa tese, que é fundamental para o financiamento do PNE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A minha sugestão é de que aqueles que estão mais afeitos ao debate possam organizar uma forma de apresentar o tema e fortalecer o debate, para que não apresentemos falas diversas sobre a mesma coisa. Mesmo que todos que queiram falar possam fazê-lo, poderia haver um núcleo organizador do tema, com a nossa aquiescência, para que possamos, hoje ou na próxima terça-feira, mais cedo, na parte da manhã, definir um formato para essa reunião à tarde.

O SR. DEPUTADO IZALCI - Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que, nessa reunião com o Ministro da Fazenda, dois temas são fundamentais. Primeiro, a questão do percentual do PIB. Segundo, a definição de quem vai pagar a conta. Esses dois temas são os mais relevantes.

Acho que V.Exa., como Presidente, pode muito bem conduzir isso, porque essa é a expectativa de todos. A nossa dúvida com a Fazenda é esta: qual é o percentual, é 7,5%, é 10%? Nós temos argumento com relação às metas que não podem ser aplicadas. E há a questão da fonte de recurso. Acho que o Ministro vai ter de nos dizer isto: a fonte de recurso, o percentual e quem vai pagar a conta. A União está disposta ou tem possibilidade de assumir até quanto? E os Estados e Municípios? Acho que essa é a questão.

O SR. DEPUTADO DR. UBIALI - O que o Deputado Izalci disse é exatamente o que eu ia dizer. Todos sabem o que nós queremos saber. Nós acreditamos — o Deputado Paulo Rubem acabou de fazer um *remake* das contas que ele sempre apresenta — que há possibilidade, sim, de se chegar a 10% do PIB, como nós



queremos, para a educação. Essa é a nossa proposta. Precisamos ir lá. O Ministro já sabe o que nós queremos. Ele tem que nos dizer por que sim e por que não. Trata-se basicamente de montar uma apresentação. Nós apresentaríamos um argumento que demonstra que é possível. E ele diz que não pode com base no que achar que não pode. No final, entramos num acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lelo Coimbra) - A Deputada Dorinha havia pedido a palavra, mas ela se ausentou.

Alguém mais quer usar a palavra? (*Pausa.*)

Considero encerrado este pequeno colóquio preparatório da reunião na próxima terça-feira, às 16 horas.